

2 — Ex-soldado NIM 82282073 Faustino Gomes — Processo n.º 120.102/579 — 252/2008/DeJur — indeferido em 26 de Janeiro de 2009, porquanto foi declarado “pronto para todo o serviço militar, sem direito a qualquer desvalorização”, não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

3 — Ex-soldado NIM 06300071 António Augusto da Silva Silvestre — Processo n.º 120.102/599 — 280/2008/DeJur — indeferido em 24 de Abril de 2009, porquanto apesar de ter sido considerado “incapaz de todo o serviço militar” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 5 %, a patologia de que padece não se verificou devido a qualquer contacto directo ou indirecto com o IN não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

4 — Ex-soldado NIM 16944069 Francisco Capuchinho Ramos — Processo n.º 120.102/692 — 659/2008/DeJur — indeferido em 25 de Junho de 2009, porquanto foi declarado “apto para o trabalho” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 15 %, o mesmo é inferior ao limite mínimo estabelecido pela alínea b) do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

5 — Ex-soldado NIM 00871366 Fernando da Cruz Gago — Processo n.º 120.102/592 — 272/2008/DeJur — indeferido em 16 de Janeiro de 2009, porquanto foi declarado “pronto para todo o serviço militar, sem direito a qualquer desvalorização”, não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

6 — Ex-soldado NIM 06135668 José Seara Alves — Processo n.º 120.102/524 — 138/2008/DeJur — indeferido em 26 de Janeiro de 2009, porquanto apesar de ter sido considerado “incapaz de todo o serviço militar” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 8 %, a patologia de que padece não se verificou devido a qualquer contacto directo ou indirecto com o IN não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

7 — Ex-soldado NIM 16015171 Aníbal Fernandes do Amaral — Processo n.º 120.102/591 — 271/2008/DeJur — indeferido em 16 de Janeiro de 2009, porquanto foi declarado “pronto para todo o serviço militar, sem direito a qualquer desvalorização”, não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

8 — Ex-soldado NIM 18742668 Norberto dos Santos Costa — Processo n.º 120.102/733 — 85/2009/DSAJ — indeferido em 10 de Março de 2010, porquanto foi declarado “apto para o trabalho” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 5 %, o mesmo é inferior ao limite mínimo estabelecido pela alínea b) do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

9 — Ex-soldado NIM 82061868 Artur Correia Seabra — Processo n.º 120.102/781 — 203/2009/DSAJ — indeferido em 6 de Abril de 2010, porquanto apesar de ter sido considerado “incapaz de todo o serviço militar” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 25 %, a patologia de que padece não se verificou devido a qualquer contacto directo ou indirecto com o IN não preenchendo, assim, o requisito exigido, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

10 — Ex-soldado NIM 04750066 Joaquim Feliciano Guerreiro — Processo n.º 120.102/782 — 204/2009/DSAJ — indeferido em 25 de Maio de 2010, porquanto foi declarado “apto para o trabalho” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 5 %, o mesmo é inferior ao limite mínimo estabelecido pela alínea b) do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

11 — Ex-soldado NIM 05367065 José Avelino Sousa Braga — Processo n.º 120.102/831 — 307/2009/DSAJ — indeferido em 23 de Abril de 2010, porquanto apesar de ter sido considerado “incapaz de todo o serviço militar” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 8 %, a patologia de que padece não se verificou devido a qualquer contacto directo ou indirecto com o IN não preenchendo, assim, o requisito exigido, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

12 — Ex-1.º Cabo NIM 82058767 Suleimane Baldé — Processo n.º 120.102/909 — 449/2009/DSAJ — indeferido em 20 de Junho de 2010, porquanto foi declarado “apto para o trabalho” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 9,75 %, o mesmo é inferior ao limite mínimo estabelecido pela alínea b) do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

II — Mais se comunica que os processos dos requerentes supra identificados foram devolvidos aos Ramos competentes.

Lisboa, 15 de Novembro de 2010. — *Dr. José de Barros*, Secretário-Geral.

203960547

### Despacho n.º 17686/2010

De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, foi aberto procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços do Centro de Dados da Defesa, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, no *Diário da República* n.º 157, 2.ª série de 13 de Agosto de 2010, no Jornal Diário de Notícias do dia 16 e na Bolsa de Emprego Público sob o Código de Oferta n.º OE201008/0572. Cumpridas as formalidades legais e concluídas as operações de selecção, o Júri propôs, como resultado do respectivo processo de selecção e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, para desempenhar o cargo a concurso, o CMG EMT Fernando Jorge Pires. Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, dos métodos de selecção aplicados, considero que o referido candidato possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho. Assim:

1 — Considerando a proposta do Júri, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o cargo de Director de Serviços do Centro de Dados da Defesa, o CMG EMT Fernando Jorge Pires, nos termos dos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual;

2 — O nomeado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual;

3 — O presente despacho produz efeitos a 14 de Outubro de 2010.

Lisboa, 14 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *José de Barros*.

### Nota Curricular

Nome: Fernando Jorge Pires

Nascimento: Rio Frio, Bragança em 22 de Setembro de 1964.

Posto: Capitão-de-mar-e-guerra Engenheiro de Material Naval.

Habilitações: Electrical Engineer, Master of Science in Electrical Engineering, Licenciado em Ciências Militares Navais — Marinha, ramo de Electrónica.

O Comandante Fernando Jorge Pires ingressou na Escola Naval em 1981, tendo-se licenciado em 1986 em Ciências Militares Navais — Marinha, ramo de Electrónica.

Realizou pós-graduações na Naval Postgraduate School em Monterey, Califórnia, tendo obtido os graus de *Master of Science in Electrical Engineering* e de *Electrical Engineer* em 1993.

Foi Chefe de Departamento e Oficial Imediato em diversos navios da Marinha Portuguesa. Entre 1993 e 2002 exerceu várias funções no âmbito dos Sistemas e Tecnologias de Informação tendo, entre outras, chefiado o Gabinete Engenharia de Sistemas do CITAN e a Divisão de Sistemas de Informação da Direcção das Tecnologias de Informação e Comunicação da Marinha. Foi director de projecto e membro da equipa de desenvolvimento do Sistema Integrado para a Gestão de Reparções e Afectação de Recursos, em utilização nos navios operacionais da Marinha. Dirigiu diversos projectos de desenvolvimento de sistemas de informação e de comando e controlo.

Fez parte de grupos de trabalho da OTAN na área de *Information and Communication Systems* tendo sido representante nacional junto do AC/322 — SC/5 (WG/1).

Foi professor na Escola Naval entre 2002 e 2009 e coordenador do Departamento de Engenharia Naval — Armas e Electrónica. Ainda na Escola Naval chefiou o Gabinete de Estudos e a Gestão Integrada da Qualidade Ambiente e Segurança.

Desenvolve investigação na área de *Data Mining (Data Clustering)* no âmbito do programa de doutoramento em Estatística e Gestão de Informação do ISEGI-UNL, tendo publicado diversos artigos e participado em conferências e outros eventos científicos internacionais.

É, desde Setembro de 2009, o responsável pelo Centro de Dados da Defesa.

203960539